



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DO MARANHÃO – CREA/MA

DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSO

O Coordenador da Câmara Especializada de Engenharia Civil e Ambiental (C.E.E.C.A), Eng. Civil **ANTONIO CARLOS DO AMARAL RIBEIRO**, no uso de suas competências regimentais, conforme inciso IX do artigo 59 do Regimento Interno do CREA/MA, distribui para elaboração de relatório e voto fundamentado, o processo nº 2581507 /2018 ao Conselheiro Regional:

| |
|--|
| Eng. Civil CLOVIS DA SILVA SOUZA FILHO |
| Eng. Civil VALDENER CASTRO SILVA |
| Eng. Civil ARNALDO CARVALHO MUNIZ |
| Eng. Civil EURIDICE AMÉLIA REIS RABELO |
| Eng. Civil NAGIB ABRAHÃO DUAILIBE NETO |
| Eng. Civil RANYELLE RICARDO SANTOS |
| Eng. Civil RAIMUNDO XAVIER LIMA SILVA |
| Eng. Civil RAFAEL BLUME PEREIRA DE ALMEIDA |
| Eng. Civil JOSÉ HENRIQUE CAMPOS FILHO |
| Eng. Civil PAULO SERGIO SANTOS MOREIRA |

São Luis, 04 de dezembro de 2018

Eng. Civ. - Antonio Carlos A. Ribeiro
Conselheiro Regional do CREA-MA
RN - 1113599162



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DO MARANHÃO – CREA/MA

| | |
|-----------------------|---|
| Câmara Especializada: | ENGENHARIA CIVIL |
| Referência: | AUTO DE INFRAÇÃO Nº 24335/2018 – Defesa Nº 2581507/2018 |
| Interessado: | CLAUDIO ROBERTO RIBEIRO PENHA |

RELATÓRIO E VOTO FUNDAMENTADO

HISTÓRICO:

A CLAUDIO ROBERTO RIBEIRO PENHA foi autuado pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Maranhão, por falta de ART DE EXECUÇÃO, DOS PROJETOS ARQUITETÔNICOS, ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO, ESTRUTURAL, REFERENTE A UMA REFORMA NO PAVIMENTO TERREO E AMPLIAÇÃO NO PAVIMENTO SUPERIOR.

A autuada apresentou defesa protocolada sob o número 2581507/2018.

O processo em tela foi encaminhado a esta Câmara Especializada de Engenharia, para análise do auto de infração, e do pedido de redução do valor da multa.

CONSIDERAÇÕES:

CONSIDERANDO a Resolução nº. 1.008/2004-CONFEA, de 09 de dezembro de 2004, que dispõe sobre os procedimentos para instauração e julgamento dos processos de infração e aplicação de penalidades;

CONSIDERANDO o artigo 73 da Lei nº. 5.194, de 1966, que estipula as multas a serem aplicadas às pessoas físicas (profissionais e leigos) e às pessoas jurídicas que incorrerem em infração a legislação profissional, de acordo com a gravidade da falta cometida;

CONSIDERANDO que o Auto de Infração foi emitido em razão da falta de ART DE EXECUÇÃO, DOS PROJETOS ARQUITETÔNICOS, ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO, ESTRUTURAL, REFERENTE A UMA REFORMA NO PAVIMENTO TERREO E AMPLIAÇÃO NO PAVIMENTO SUPERIOR, datado de 13/11/2018;

CONSIDERANDO que a autuada alega em sua defesa que a obra é voluntária, comunitária e que após o conhecimento da autuação tomou as providências para regularização, solicitando dessa forma o arquivamento do mesmo.

CONSIDERANDO que o autuado apresentou a ART MA20180215208 paga em 13/11/2018, portanto após a autuação;

CONSIDERANDO o art. 1º da Lei 6.496/77 o qual estabelece que “todo contrato, escrito ou verbal, para a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à Engenharia, à Arquitetura e à Agronomia fica sujeito à “Anotação de Responsabilidade Técnica” (ART)”

CONSIDERANDO que a Resolução 1.047/13 do CONFEA, revogou os artigos 7º e 8º e o inciso VIII do art. 47 da Resolução nº 1.008, de 09 de dezembro de tornando



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DO MARANHÃO – CREA/MA

extinto o procedimento da Notificação Preventiva dando competência ao agente fiscal deste Conselho para a lavratura imediata do auto de infração;

CONSIDERANDO que a Resolução nº 1.008/04 do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia prevê que as multas devem ser aplicadas proporcionalmente à infração cometida, visando ao cumprimento da finalidade do interesse público a que se destina;

CONSIDERANDO que o fiscal do CREA-MA possui fé pública, e este constatou *in loco* a execução dos referidos serviços pela atuada, comprovando, desta forma, a irregularidade.

CONSIDERANDO o §2º do Art. 11 da Resolução nº 1008/2004 acima mencionada que diz que “Lavrado o auto de infração, a regularização da situação não exige o atuado das cominações legais”;

CONSIDERANDO o art. 43 da Resolução nº 1.008/04 do CONFEA, *in verbis*:

Art. 43. As multas serão aplicadas proporcionalmente à infração cometida, visando ao cumprimento da finalidade do interesse público a que se destina, observados os seguintes critérios:

I - os antecedentes do atuado quanto à condição de primariedade, reincidência ou nova reincidência de atuação;

II -- a situação econômica do atuado;

III -- a gravidade da falta;

IV – as conseqüências da infração, tendo em vista o dano ou o prejuízo decorrente; e

V – regularização da falta cometida.

(...)

§ 3º É facultada a redução de multas pelas instâncias julgadoras do Crea e do Confea nos casos previstos neste artigo, respeitadas as faixas de valores estabelecidas em resolução específica.

CONSIDERANDO que o interessado regularizou a falta cometida;

CONSIDERANDO que existe um grau de discricionariedade para o administrador na diminuição das respectivas multas quando atendidos os requisitos no artigo 43 da resolução 1008/04 do CONFEA;

CONSIDERANDO o ANEXO DA DECISÃO PL-1758/2017, que atualiza os valores de anuidades, serviços e multas para o exercício 2018:

| <i>MULTA POR EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO Art. 73 da Lei 5194/1966</i> | | | | |
|---|-----------------------|-------------|-----------------|------------------|
| <i>ALÍNEA</i> | <i>REFERÊNCIA (*)</i> | | <i>RS</i> | |
| <i>A</i> | <i>0,10</i> | <i>0,30</i> | <i>219,19</i> | <i>657,57</i> |
| <i>B</i> | <i>0,30</i> | <i>0,60</i> | <i>657,57</i> | <i>1.315,15</i> |
| <i>C</i> | <i>0,50</i> | <i>1,00</i> | <i>1.095,96</i> | <i>2.191,91</i> |
| <i>D</i> | <i>0,50</i> | <i>1,00</i> | <i>1.095,96</i> | <i>2.191,91*</i> |
| <i>E</i> | <i>0,50</i> | <i>3,00</i> | <i>1.095,96</i> | <i>6.575,73</i> |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DO MARANHÃO – CREA/MA

VOTO:

Diante das considerações e verificação da documentação apensada ao processo, com fundamento na Resolução n.º 1.008/04 do CONFEA, recomenda a **MANUTENÇÃO** do Auto de Infração em epígrafe, por infração ao inciso “a” do artigo 6º da Lei 5.194/66, com **APLICAÇÃO DA PENALIDADE DE MULTA**, prevista no Art. 73, alínea “d” da Lei 5.194/66, e a **REDUÇÃO DO VALOR DA MULTA**, nos seguintes termos:

- 1- Redução do valor original das multas ao valor mínimo previsto no ANEXO DA DECISÃO PL-1758/2017, ficando o débito original no valor de R\$ 219,19 (duzentos e dezenove reais e dezenove centavos), com aplicação de juros e atualização monetária devidos.

É o voto.

Encaminho a Reunião da Câmara para Decisão.

São Luís - MA, 04 de dezembro de 2018.



Eng. Civ. Ranyelle Ricardo Santos
Conselheiro Regional do CREA-MA
RN- 1168232680



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DO MARANHÃO – CREA/MA

| | |
|---|--|
| Câmara Especializada: | ENGENHARIA CIVIL |
| Referência: | AUTO DE INFRAÇÃO Nº 24335/2018 – Defesa Nº 2581507/2018 |
| Interessado: | CLAUDIO ROBERTO RIBEIRO PENHA |
| Decisão da Câmara Especializada: | C.E.E.C.A Nº. 763/2018 |

EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. MANUTENÇÃO. REDUÇÃO VALOR DA MULTA.

DECISÃO

A Câmara Especializada de Engenharia Civil, reunida nesta data, apreciou o processo da **CLAUDIO ROBERTO RIBEIRO PENHA** foi autuado pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Maranhão, por falta de ART DE EXECUÇÃO, DOS PROJETOS ARQUITETÔNICOS, ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO, ESTRUTURAL, REFERENTE A UMA REFORMA NO PAVIMENTO TERREO E AMPLIAÇÃO NO PAVIMENTO SUPERIOR. O autuado apresentou defesa protocolada sob o número **2581507/2018**. O processo em tela foi encaminhado a esta Câmara Especializada de Engenharia, para análise do auto de infração, e do pedido de redução do valor da multa.

CONSIDERAÇÕES: CONSIDERANDO a Resolução nº. 1.008/2004-CONFEA, de 09 de dezembro de 2004, que dispõe sobre os procedimentos para instauração e julgamento dos processos de infração e aplicação de penalidades; CONSIDERANDO o artigo 73 da Lei nº. 5.194, de 1966, que estipula as multas a serem aplicadas às pessoas físicas (profissionais e leigos) e às pessoas jurídicas que incorrerem em infração a legislação profissional, de acordo com a gravidade da falta cometida; CONSIDERANDO que o Auto de Infração foi emitido em razão da falta de ART DE EXECUÇÃO, DOS PROJETOS ARQUITETÔNICOS, ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO, ESTRUTURAL, REFERENTE A UMA REFORMA NO PAVIMENTO TERREO E AMPLIAÇÃO NO PAVIMENTO SUPERIOR, datado de 13/11/2018; CONSIDERANDO que o autuado alega em sua defesa que a obra é voluntária, comunitária e que após o conhecimento da autuação tomou as providências para regularização, CONSIDERANDO que o autuado apresentou a ART MA20180215208 paga somente em 13/11/2018, portanto após a autuação; CONSIDERANDO o art. 1º da Lei 6.496/77 o qual estabelece que **“todo contrato, escrito ou verbal, para a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à Engenharia, à Arquitetura e à Agronomia fica sujeito à "Anotação de Responsabilidade Técnica" (ART)”;** CONSIDERANDO que a Resolução 1.047/13 do CONFEA, **revogou os artigos 7º e 8º e o inciso VIII do art. 47 da Resolução nº 1.008, de 09 de dezembro de tornando extinto o procedimento da Notificação Preventiva dando competência ao agente fiscal deste Conselho para a lavratura imediata do auto de infração;** CONSIDERANDO que a Resolução nº 1.008/04 do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia prevê que as multas devem ser aplicadas proporcionalmente à infração cometida, visando ao cumprimento da finalidade do interesse público a que se destina; CONSIDERANDO o §2º do Art. 11 da Resolução nº 1008/2004 acima mencionada que diz que **“Lavrado o auto de infração, a regularização da situação não exime o autuado das cominações legais”;** CONSIDERANDO o art. 43 da Resolução nº 1.008/04 do CONFEA, *in verbis*: Art. 43. As multas serão aplicadas proporcionalmente à infração cometida, visando ao cumprimento da finalidade do interesse público a que se destina, observados os seguintes critérios: I - os



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DO MARANHÃO – CREA/MA

antecedentes do autuado quanto à condição de primariedade, reincidência ou nova reincidência de autuação; II – a situação econômica do autuado; III – a gravidade da falta; IV – as consequências da infração, tendo em vista o dano ou o prejuízo decorrente; e V – regularização da falta cometida. (...) § 3º É facultada a redução de multas pelas instâncias julgadoras do Crea e do Confea nos casos previstos neste artigo, respeitadas as faixas de valores estabelecidas em resolução específica. CONSIDERANDO que o interessado regularizou a falta cometida; CONSIDERANDO que existe um grau de discricionariedade para o administrador na diminuição das respectivas multas quando atendidos os requisitos no artigo 43 da resolução 1008/04 do CONFEA; CONSIDERANDO o ANEXO DA DECISÃO PL-1758/2017, que atualiza os valores de anuidades, serviços e multas para o exercício 2018: Diante das considerações e verificação da documentação apensada ao processo, com fundamento na Resolução n.º 1.008/04 do CONFEA, recomenda a **MANUTENÇÃO** do Auto de Infração em epígrafe, por infração ao inciso “a” do artigo 6º da Lei 5.194/66, com **APLICAÇÃO DA PENALIDADE DE MULTA**, prevista no Art. 73, alínea "d" da Lei 5.194/66, e a **REDUÇÃO DO VALOR DA MULTA**, nos seguintes termos: Redução do valor original das multas ao valor mínimo previsto no ANEXO DA DECISÃO PL-1758/2017, ficando o débito original no valor de R\$ 219,19 (duzentos e dezenove reais e dezenove centavos), com aplicação de juros e atualização monetária devidos. Esta foi a decisão da maioria dos membros que votaram o pleito.

Cientifique-se e cumpra-se. Coordenou a Reunião o Conselheiro Regional:

São Luís - MA, 01 de dezembro de 2018.


Eng. Civ. - Antônio Carlos A. Ribeiro
Conselheiro Regional do CREA-MA
RN - 1113599162